

Os fluxos de investimento estrangeiro direto no Peru e seus impactos na economia e no comércio exterior

Camila Torres Meyer¹

Resumo

Este estudo tem por objetivo apresentar uma análise dos fluxos e estoques de Investimento Estrangeiro Direto (IED) no Peru e seus principais impactos na economia e, principalmente, no intercâmbio comercial. Foi realizada uma investigação aprofundada dos principais atrativos para a entrada de IED no Peru, das características dos investimentos recebidos pelo país e de seus efeitos no balanço de pagamentos e, em especial, na balança comercial peruana. Em relação aos dados de investimentos analisados, considerou-se o período compreendido entre 1998 e 2008. Dos fluxos de IED recebidos pelo país no período, foi observado um crescimento relativo dos investimentos destinados à exploração de recursos naturais enquanto aqueles destinados à indústria se mantiveram estáveis. Tal crescimento tem contribuído para a concentração da pauta exportadora peruana em produtos primários e intensivos em recursos naturais. O IED contribui para o desenvolvimento econômico do país, porém sua concentração setorial não é favorável ao longo prazo. Há que se considerar que as consequências desses investimentos não se restringem ao comércio exterior e à economia, mas atingem questões relativas ao desenvolvimento social e à exploração dos recursos naturais não renováveis. Portanto, há necessidade de que sejam criadas vantagens competitivas que estimulem a diversificação do IED, permitindo agregar valor à pauta exportadora por meio do desenvolvimento tecnológico e do fortalecimento da inovação.

Palavras-chave: Investimento Estrangeiro Direto (IED). Fluxos e estoques de IED. Comércio exterior. Recursos naturais. Peru.

¹ Possui especialização em Relações Internacionais com Ênfase em Comércio Exterior pelo Centro Universitário de Brasília (UNICEUB) e especialização em Marketing pela Fundação Dom Cabral (FDC). Graduada em Administração pela Universidade Federal de Minas Gerais (1999). Atualmente é analista de gestão e negócios da Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos (Apex-Brasil), atuando na elaboração de estudos de inteligência nos mercados da América Latina e Caribe.

1 Introdução

Entre as definições clássicas de IED, inclui-se a que o conceitua como um investimento que visa adquirir um interesse duradouro em uma empresa cuja exploração ocorre em outro país que não do investidor. O interesse duradouro implica em uma relação de longo prazo entre o investidor direto e a empresa receptora do investimento mediante a compra de ações ordinárias ou do poder de voto de uma empresa no exterior (FMI, 2003).

Nas últimas décadas, observa-se um grande aumento dos fluxos de IED no mundo. Segundo o *World Investment Report 2009*, publicado pela *United Nations Conference on Trade and Development* (UNCTAD), os fluxos globais de IED cresceram ininterruptamente entre 2003 e 2007, alcançando o recorde de US\$ 1,98 trilhão no último ano do período (UNCTAD, 2009, p. 3).

Essa tendência, no entanto, é interrompida em 2008 e início de 2009, devido aos efeitos da crise internacional que se iniciou nos Estados Unidos, gerando impactos nos fluxos de investimentos mundiais. A queda da demanda internacional por produtos e serviços levou as empresas a cortarem ou adiarem seus planos de investimentos. Como consequência, o fluxo global de IED em 2008 foi de US\$ 1,70 trilhão, sendo 14% menor que no ano anterior.

Apesar disso, nos países em desenvolvimento, os fluxos de IED cresceram 17% no mesmo ano e, por consequência, passaram a representar 37% do total do fluxo de IED mundial em 2008, o que demonstra a importância dessas economias como países receptores de investimentos, mesmo durante o período de crise (UNCTAD, 2009, p. 4).

Segundo o mesmo relatório, o IED nos países em desenvolvimento se mostrou mais resistente que outros tipos de fluxos de capital, pois é considerado investimento de longo prazo. Além disso, o crescimento de economias como a China e a Índia também contribuiu para que não ocorresse um decréscimo das exportações de bens intensivos em recursos naturais e, consequentemente, um declínio dos preços das *commodities*, garantindo maior robustez às economias dependentes desse tipo de exportação (UNCTAD, 2009, p. 4-5).

Os países receptores de IED também se conscientizaram da importância desse tipo de investimento no desenvolvimento econômico do país, na diversificação da pauta exportadora, na transferência de tecnologia, no aumento de produtividade, na inovação e na modernização. Nesse sentido, os países em desenvolvimento começaram a competir pela atração de IED, não somente por meio de melhoria de normas e ambiente regulatório, como também via adoção de medidas pró-ativas para a atração de investimentos (UNCTAD, 1998, p. 90).

Com efeito, alguns países optaram pela criação de Agências de Promoção de Investimentos, instituições especializadas em promover a atração de investimentos ao país, mediante o fornecimento de informações, a prestação de serviços ao investidor e a identificação de oportunidades.

Analisando as recentes políticas macroeconômicas adotadas por países latino-americanos, observa-se que o Peru, em especial, vem focando a estratégia de atração de IED como forma de promover um crescimento econômico acelerado e sustentável ao longo prazo.

Diante do exposto, o objetivo desse trabalho é analisar os fluxos e estoques de IED no Peru e descrever seus principais impactos na economia e, principalmente, no intercâmbio comercial.

2 Dados e método

Para analisar os impactos dos fluxos de IED na economia e no comércio exterior, foram analisados dados quantitativos retirados de fontes secundárias oficiais do governo peruano e de base estatísticas de instituições reconhecidas internacionalmente como a Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL), UNCTAD, Banco Mundial e Nações Unidas. Os dados foram observados entre 1998 e 2008, o que permitiu que se fosse feita uma análise comparativa ao longo desse período.

Essa análise comparativa possibilitou uma investigação tanto das características dos fluxos de IED recebidos no Peru, buscando descobrir quais os principais atrativos para a entrada desses investimentos no país (causas), como também avaliar seus efeitos no que concerne ao balanço de pagamentos peruano (consequências).

Em relação à análise e à classificação dos fluxos de IED recebidos no país, foi utilizada a abordagem teórica de Dunning e Lundan (2008) que identifica e avalia os fatores que influenciam a entrada de IED em um país. O modelo de Dunning, também chamado *Eclectic theory*, ou *OLI paradigm (Ownership, Localization and Internalization Paradigm)* reconheceu a importância das multinacionais no processo de investimento internacional e propôs uma formulação integrada dos diversos condicionantes do IED. Para a classificação dos tipos de investimentos recebidos pelo Peru, foi utilizada a tipologia proposta pelos autores para a classificação dos projetos de IED, segundo a estratégia utilizada pelas multinacionais: *market-seeking, efficient-seeking, resource-seeking e strategic asset-seeking*.

Para a averiguação dos efeitos desses investimentos, foi analisada a evolução do balanço de pagamentos no período, bem como a análise do grau de intensidade tecnológica da pauta exportadora peruana a partir de séries estatísticas apresentadas pelo *Banco Central de Reserva del Perú* (BCRP, 2009). O grau de intensidade tecnológica visa medir o conteúdo tecnológico incorporado aos produtos exportados. A descrição dos parâmetros tecnológicos segue a metodologia desenvolvida por Pavitt (1984), que se utiliza de uma taxonomia de geração de novas tecnologias por meio de mudanças tecnológicas e técnicas, além da incorporação das relações de encadeamento intra e interindustrial e o desempenho no comércio internacional. A partir dessa tipologia, adotou-se um tradutor, utilizado em Laplane et al (2001), que adaptou o método ao caso brasileiro. Segundo a classificação utilizada na avaliação dos produtos por intensidade tecnológica, os setores produtores de bens são divididos em: (a) produtos primários (agrícolas, minerais e energéticos); (b) produtos intensivos em recursos naturais (agroindústria, processamento de recursos minerais e energéticos); (c) manufaturados intensivos em trabalho (têxtil, confecções, calçado, cerâmica, editorial e gráfica, produtos de metal); (d) manufaturados intensivos em economia de escala (automotriz, siderurgia, bens eletrônicos de consumo); (e) manufaturados produzidos por fornecedores especializados (bens de capital sob

encomenda, equipamentos de engenharia); e (f) manufaturados intensivos em P&D (química fina, componentes eletrônicos, telecomunicação, aviões).

Já para uma análise setorial mais aprofundada das exportações peruanas foi utilizada a classificação setorial a dois dígitos da CNAE (Classificação Nacional de Atividades Econômicas). Essa classificação é o instrumento de padronização nacional dos códigos de atividade econômica e dos critérios de enquadramento utilizados pelos diversos órgãos da Administração Tributária do Brasil.

3 Principais atrativos para a entrada de IED no Peru

Desde 1990, o país vem trabalhando com o objetivo de criar um clima econômico e político que incentive a participação da iniciativa privada na economia. Para isso, promoveu reformas políticas e econômicas, iniciou um programa de privatizações, realizou mudanças em sua legislação, visando a incentivar os investimentos privados, investiu em obras de infraestrutura, entre outras iniciativas. Nesse sentido, a solidez dos fundamentos macroeconômicos e a crescente confiança dos agentes econômicos vêm permitindo que o Peru se converta em um grande receptor de investimentos (UNCTAD, 2000, p. 1).

Atualmente, a promoção de investimento privado é um dos objetivos da política econômica do país, além de constituir-se em uma das condições que permitem um contínuo período de crescimento e um aumento da competitividade da nação (MINISTERIO DE ECONOMÍA Y FINANZAS, 2008, p. 6).

Nesse intuito, foi criada a *Agencia de Promoción de la Inversión Privada* (Proinversión), com a finalidade de promover o investimento privado, tanto nacional como estrangeiro. A Agência divulga as principais oportunidades de investimentos no mercado peruano, bem como os principais atrativos do país como receptor de investimentos.

Segundo a Proinversión, os principais determinantes que têm levado as empresas a investirem no Peru são: (a) a estabilidade macroeconômica; (b) o clima

favorável ao investimento; (c) o aumento da participação internacional; (d) o desenvolvimento da infraestrutura; e (e) a abundância de recursos naturais.

Com relação à estabilidade econômica (a), observa-se que o Peru tem se tornado um mercado atraente devido às altas taxas de crescimento nos últimos anos. Segundo o *Ministerio de Economía y Finanzas* (2009), o país cresceu 9,84% no ano de 2008 e, em 2009, prevê-se um crescimento de 3,5%, enquanto no resto da América Latina o PIB deverá cair 1,9% (CEPAL, 2009). A variação positiva do PIB observada ao longo dos anos deve-se principalmente ao crescimento do consumo e investimentos privados, à dinâmica dos setores primários e não primários, à abertura econômica e à disciplina fiscal.

O papel das exportações também foi importante para o crescimento econômico nos últimos anos, visto que, depois de acumular vários anos de déficit, a balança comercial peruana começa a registrar superávits a partir de 2002. Devido a esse aumento das exportações e aos maiores fluxos de capital, as reservas internacionais peruanas também cresceram substancialmente, passando de US\$ 9,2 bilhões em 1998 para US\$ 31,2 bilhões em 2008, segundo dados oficiais do banco central peruano.

Em relação ao clima favorável ao investimento (b), nota-se que o Peru tem buscado ser reconhecido cada vez mais como um país atrativo para os investidores, realizando reformas importantes para facilitar a atração de investimentos. O país oferece um marco legal para o investimento estrangeiro que foi importante para criar as condições necessárias para garantir o investimento privado em todos os setores da economia.

Desde 1991, o país tem um regime aberto em matéria de investimentos, com acesso sem restrição à maioria dos setores econômicos, não se exigindo aprovação prévia ou volume mínimo de investimentos. O princípio que rege o marco dos investimentos estrangeiros no Peru é o “trato nacional”, sendo proibida a discriminação entre investidores nacionais e estrangeiros.

O país também criou um regime de incentivos fiscais com características que resultam especialmente atrativas para os investidores. Entre as mais importan-

tes, estão os convênios de estabilidade jurídica, que garantem proteção ao investidor mediante a outorga de garantias contratuais de proteção em relação à modificação de políticas importantes durante dez anos². Esses contratos variam de acordo com o tipo de setor em que se realizará o investimento, sendo particularmente mais favoráveis aos setores de mineração, energia, hidrocarbonetos e infraestrutura (UNCTAD, 2000, p. 20).

Com um arcabouço legal que garante ao investidor segurança em relação ao seu investimento, a imagem do Peru perante as diversas instituições financeiras tem melhorado consideravelmente. Segundo a “Sondagem Econômica da América Latina”, o Peru apresentou o maior Índice de Clima Econômico (ICE)³ em abril de 2009, situando-se na primeira posição do *ranking* entre os países latino-americanos.

A qualificadora de risco creditício *Standard and Poor's* outorgou ao Peru a qualificação de “grau de investimento” em 2008. Mesmo com a crise, o grau de confiança no país também foi reforçado, em maio de 2009, com a ratificação do “grau de investimento” da *Fitch Ratings*⁴, destacou que as melhorias realizadas na estrutura fiscal peruana permitiriam ao país suportar o impacto da crise econômica mundial.

Ao indicarem as economias que representam menores riscos para os investidores, essas agências influenciam na movimentação dos fluxos de investimentos mundiais. A classificação dos países pelo seu risco e a concessão do “grau de investimento”, fornecidos por essas instituições àqueles países considerados mais seguros, constituem incentivos ao recebimento de novos investimentos.

² No caso do contrato de concessão, o prazo está sujeito à duração do contrato, sendo o prazo máximo de 60 anos. O organismo competente para a subscrição desses convênios é a *Proinversión*.

³ O ICE é divulgado pelo *Institute for Economic Research at the University of Munich* (IFO) e pela Fundação Getúlio Vargas (FGV).

⁴ O Peru foi classificado com BBB- em 2008, sendo mantida a mesma classificação em 2009. Essa é a mesma classificação do Brasil. Informação divulgada pelo “El Comercio” e pela Reuters.

Para melhorar ainda mais o clima de investimento e fomentar a ampliação do fluxo de IED no país, o Peru também tem sido muito ativo no que se refere à negociação de instrumentos de caráter regional, bilateral e multilateral, ampliando sua participação internacional (c).

Segundo a Proinversión (2009), o país tem 32 acordos internacionais assinados que estão relacionados a investimentos: 3 Tratados de Livre Comércio (Estados Unidos, Canadá e Cingapura) e 29 convênios bilaterais de promoção e proteção recíproca de investimentos com os países da Bacia do Pacífico, Europa e América Latina.

Além disso, desde 1990, o país vem realizando uma liberalização do comércio, promovendo uma maior integração à economia mundial. Essa abertura comercial vem ocorrendo por meio da redução de tarifas ou até mesmo sua isenção, grande parte devido aos acordos multilaterais e bilaterais.

Segundo o *World Trade Indicators 2008* (BANCO MUNDIAL, 2008), o Peru aparece na 78ª posição em um universo de 125 países analisados em termos do Índice de Restrição Tarifária. Sua tarifa média vem diminuindo desde os anos 1990, sendo que no período de 2005 a 2007 foi de 10,2% em média e, em 2008, de 6,1%.

Essa maior abertura comercial contribuiu para a atração de investimentos, tanto ao desonerar as exportações de empresas que se estabelecem em território peruano, como ao possibilitar amplo acesso a outros mercados com os quais o Peru tem acordos.

No que tange às iniciativas integracionistas do continente, o Peru atua nas principais, sendo membro da Associação Latino-Americana de Integração (ALADI), da Comunidade Andina de Nações (CAN) e Estado associado do Mercado Comum do Sul (MERCOSUL). Além disso, faz parte da Cooperação Econômica da Ásia e do Pacífico (APEC) e é membro da Organização Mundial do Comércio (OMC), tendo adotado devidamente as normas e disposições para incorporar os acordos da OMC em sua estrutura jurídica nacional.

Em paralelo à participação do Peru no sistema multilateral de comércio, a política externa peruana vem dando importância cada vez maior ao estabelecimento de acordos bilaterais. Nesse sentido, firmou três Acordos de Complementação Econômica (ACE) com México, Cuba e com o MERCOSUL, além de cinco Tratados de Livre Comércio (TLC) com Chile, Cingapura, Canadá, China e Estados Unidos.

Em relação ao desenvolvimento da infraestrutura (d), cumpre ressaltar que a participação de multinacionais na execução de projetos de infraestrutura tem crescido substancialmente, devido, principalmente, ao aumento do número de concessões e à maior participação do setor privado na execução de obras. Com efeito, a participação dos investimentos mundiais nesses tipos de projetos no estoque mundial de IED em 2008 foi de 10%, em comparação com apenas 2% em 1990, segundo dados do *World Investment Report*, 2008 (UNCTAD, 2008, p. 99).

O Peru tem interesse em que a iniciativa privada participe do desenvolvimento da infraestrutura e, por isso, criou um regime de concessões para atrair os investimentos privados. Esse é regido pelo Decreto Legislativo nº 839/2006, que aprovou a lei de promoção do investimento privado em infraestrutura e serviços públicos.

O objetivo do país ao atrair investimentos nessa área é elevar sua produtividade e garantir a própria sustentabilidade de seu crescimento, visto que, para crescer, necessita melhorar sua infraestrutura. É interessante observar que iniciativas desse tipo terminam por gerar novos investimentos, já que os investidores também buscam aplicar seus recursos em países com uma boa infraestrutura, para que, assim, tenham facilidades de distribuição de seus produtos no mercado interno e externo.

Nesse sentido, a UNCTAD (2008, p. 88) afirma que a diminuição desses custos de produção e distribuição aumenta a competitividade do país, além de possibilitar o acesso da população aos serviços básicos, melhorando sua qualidade de vida.

Apesar de todos os fatores apresentados anteriormente contribuírem para um incremento do nível de IED no país, a abundância de recursos naturais (e) é ainda um dos principais atrativos para o investimento estrangeiro direto no Peru.

Segundo a UNCTAD (2008, p. 59), mais de 50% dos fluxos de IED absorvidos no Chile, Colômbia e Peru tiveram como alvo as indústrias extrativas. Esse tipo de investimento cresceu basicamente em virtude do alto preço das *commodities*, que aumentou a rentabilidade das empresas envolvidas na extração de recursos naturais, gerando, conseqüentemente, mais investimentos nesse setor, com vistas a expandir a produção. Dos países receptores de investimentos em mineração, o Peru é o que tem mais projetos de exploração, seguido do Chile, Indonésia e Tanzânia (UNCTAD, 2007, p. 111).

4 Características do IED no Peru

Tendo em vista as ações destacadas anteriormente, nos últimos anos, o Peru tem obtido sucesso na atração de investimento estrangeiro direto, situando-se em sétimo lugar no *ranking* de receptores de investimentos na América Latina (UNCTAD, 2009, p. 66). A princípio, a entrada de fluxos de IED no Peru ocorreu devido ao programa de privatizações e, posteriormente, à política peruana de atração de investimentos.⁵

Segundo a Proinversión (2009), em 1980, a participação do Estado na economia era de 18,2%, caindo para 12,2% em 2007. O processo de diminuição do peso do setor público na economia peruana ocorreu em duas etapas: a 1ª etapa (1991-1999) teve como enfoque as privatizações, e a 2ª etapa (2000-2007), as concessões.

A 1ª etapa de privatizações foi importante para reestruturar alguns setores que se encontravam ineficientes no país como telecomunicações, energia elétrica, transporte e fornecimento de água potável. A entrada de multinacionais no país

⁵ Existem três instituições que apresentam dados sobre o IED no Peru: o *Banco Central de Reserva del Perú (BCRP)*, a Proinversión e a UNCTAD. Os dados do BCRP são similares aos disponibilizados pela UNCTAD, enquanto os dados da Proinversión se baseiam nas declarações de registros apresentadas pelas empresas investidoras à Agência. Como muitas vezes o investidor deixa de registrar seu investimento ou demora em fazê-lo, convencionou-se utilizar os dados da UNCTAD para os valores de fluxo e estoque de IED e os dados da Proinversión para a participação setorial do IED no Peru.

permitiu a melhoria da cobertura e da qualidade dos serviços prestados. Esse aprimoramento dos serviços básicos foi importante para que o país criasse condições para uma nova “onda” de entrada de IED.

Na Tabela 1, apresenta-se a evolução dos estoques e dos fluxos de IED no Peru entre 1998 e 2008. Nota-se um aumento substancial do nível de IED, havendo um crescimento a taxas menores no período de 2002-2004 e uma melhora significativa a partir de 2005. O crescimento mais acelerado ocorre a partir de 2006, com pico de investimentos recebidos em 2007 (US\$ 5,49 bilhões), o que contribuiu para a elevação dos estoques, de acordo ao observado na mesma Tabela.

Tabela 1: Fluxos e Estoques de IED no Peru 1998-2008 (US\$ milhões)

Ano	Fluxos de IED	Estoques de IED
1998	1 644	8 297
1999	1 940	9 791
2000	810	11 062
2001	1 144	11 835
2002	2 156	12 549
2003	1 335	12 876
2004	1 599	13 310
2005	2 579	15 889
2006	3 467	20 484
2007	5 491	26 808
2008	4 808	30 232

Fonte: Elaboração própria, a partir de dados da UNCTAD (2009).

Já a Tabela 2 apresenta os dados de participação do estoque de IED para alguns anos selecionados no período de 1998 a 2008 por setores de destino. Percebe-se que o estoque de IED esteve mais concentrado nos setores de comunicações, seguido de mineração, finanças, energia e indústria. Observa-se ainda um crescimento da participação do setor de mineração e energia e um decréscimo do setor de comunicações ao longo do período.

Tabela 2: Participação do estoque de IED por setores de destino 1998-2008

Setores	1998	2000	2002	2004	2006	2008 ^a
Agricultura	0,32%	0,36%	0,31%	0,32%	0,29%	0,25%
Comércio	7,00%	5,08%	4,58%	4,75%	4,53%	4,01%
Comunicações	25,50%	37,28%	33,11%	30,70%	23,76%	20,92%
Construção	0,54%	0,49%	0,50%	0,59%	0,77%	0,90%
Energia	16,69%	12,49%	11,53%	11,74%	10,75%	13,17%
Finanças	11,23%	13,67%	14,00%	13,41%	15,99%	15,16%
Indústria	16,41%	12,63%	17,23%	16,90%	17,62%	15,75%
Mineração	18,22%	15,07%	13,21%	14,98%	19,36%	19,61%
Moradia	0,13%	0,11%	0,17%	0,18%	0,17%	2,93%
Pesca	0,07%	0,04%	0,04%	0,07%	0,86%	0,91%
Petróleo	1,19%	0,80%	1,47%	1,48%	1,34%	1,98%
Serviços	1,19%	1,27%	2,48%	2,66%	2,56%	2,46%
Silvicultura	0,02%	0,01%	0,01%	0,01%	0,01%	0,01%
Transporte	0,99%	0,23%	0,95%	1,77%	1,60%	1,59%
Turismo	0,51%	0,47%	0,41%	0,44%	0,41%	0,35%

Fonte: Elaboração própria, a partir de dados da Proinversión (2009).

^aDados preliminares.

Em que pese o aumento significativo de investimento estrangeiro direto no país nos últimos anos, torna-se evidente a existência de uma forte tendência de concentração de IED em poucos setores, o que é negativo para a própria diversificação econômica do país. Por possuir diversidade de recursos naturais, o Peru tem atraído justamente empresas estrangeiras interessadas na exploração desses recursos, sendo esses os principais fatores levados em consideração ao decidirem investir no país.

No entanto, existem outros motivos que levam as empresas a investirem em um país estrangeiro. Dunning e Lundan (2008, p. 99-107) desenvolvem uma abordagem que busca a integração das teorias existentes num modelo geral, tendo

como finalidade a explicação da extensão e padrão da internacionalização da produção. Segundo esses autores, as estratégias de investimento das multinacionais são consequência de uma combinação das vantagens de propriedade (*Ownership-O*), vantagens próprias do país hospedeiro do investimento estrangeiro (*Locational-L*) e as vantagens ou ativos de internalização (*Internalization-I*), originando o Modelo OLI. Assim, para que um determinado país seja atrativo para entrada de IED, deve-se garantir a existência de, pelo menos, uma dessas vantagens, já que as estratégias de investimento das multinacionais são consequência de uma combinação das vantagens de propriedade, localização e habilidade de formar parcerias com empresas locais.

De acordo com essa abordagem integrada à estratégia de atuação das multinacionais, Dunning e Lundan (2008, p. 99-1070) estabeleceram a seguinte tipologia aos projetos de IED:

- (a) *Market-Seeking FDI*: projetos de investimentos voltados para atender ao mercado interno dos países receptores do IED;
- (b) *Efficient-seeking FDI*: projetos de investimentos realizados que buscam a eficiência, ou seja, custos de produção mais baixos;
- (c) *Resource-seeking FDI*: investimentos realizados com o objetivo de acessar recursos naturais e mão de obra a custos mais baixos; e
- (d) *Strategic asset-seeking FDI*: investimentos realizados com o objetivo de aumentar as vantagens de propriedade da empresa investidora.

À luz da teoria apresentada anteriormente, percebe-se, mediante a análise das características dos investimentos efetuados no Peru, que os mesmos vêm se efetuando via projetos de *market-seeking* e *resource-seeking*. No primeiro caso, a estratégia do IED está orientada para atender à demanda interna. Incluem-se, como exemplo, os investimentos realizados no país nas áreas de comércio, comunicações, finanças e serviços. No segundo caso, a estratégia do IED está orientada para o lado da oferta, buscando, por sua vez, ter acesso a fatores de produção a um custo relativamente baixo. Nessa situação, estão os investimentos realizados no setor de mineração e energia.

5 Apresentação e discussão dos resultados

5.1 Impactos do IED no balanço de pagamentos

Os efeitos do IED no balanço de pagamentos do país hospedeiro podem impactar em diversos itens: exportações, importações, remessa de lucros, entrada e saída de investimentos. A Tabela 3 apresenta os dados do balanço de pagamentos para alguns anos selecionados no período de 1998 e 2008. Nos anos anteriores a 2004, observam-se *déficits* constantes na balança em conta-corrente, que vêm diminuindo ao longo do período, devido principalmente ao aumento das exportações e, conseqüentemente, à diminuição do *déficit* da balança comercial – conforme será analisado a seguir.

Já no período de 2004 a 2006, o saldo da balança em conta-corrente é superavitário, com melhoras significativas das exportações e da conta financeira, da qual os fluxos de IED fazem parte, fato que está de acordo com a análise dos fluxos de investimentos realizada anteriormente.

Em contraponto, no ano de 2008, visualizam-se os efeitos da crise financeira, com um reflexo bastante negativo na balança de conta-corrente, que se tornou deficitária pela primeira vez depois de 2003. Segundo o estudo *Memória 2008*, do Banco Central de Reserva del Perú (BCRP, 2008, p. 56), essa redução do *superávit* foi acentuando-se ao longo do ano, primeiramente, devido ao crescimento das importações e, posteriormente, em função da desaceleração dos preços dos metais.

Tabela 3: Evolução do Balanço de Pagamentos do Peru - 1998-2008 (US\$ milhões)

	1998	2000	2002	2004	2006	2008
I. Balança em Conta Corrente	- 3 336	- 1 546	- 1 110	19	2 854	- 4 180
1. Balança Comercial	- 2 462	- 403	321	3 004	8 986	3 090
a. Exportações FOB	5 757	6 955	7 714	12 809	23 830	31 529
b. Importações FOB	- 8 219	- 7 358	- 7 393	- 9 805	- 14 844	- 28 439
2. Serviços	- 657	- 735	- 994	- 732	- 737	- 1 929
a. Exportações	1 775	1 555	1 455	1 993	2 660	3 637
b. Importações	- 2 432	- 2 290	- 2 449	- 2 725	- 3 397	- 5 566
3. Renda de fatores	- 1 204	- 1 410	- 1 457	- 3 686	- 7 580	- 8 144
a. Privado	- 762	- 896	- 746	- 2 715	- 6 901	- 8 257
b. Público	- 442	- 513	- 711	- 970	- 679	113
4. Transações correntes	987	1 001	1 019	1 433	2 185	2 803
II. Conta Financeira	1 792	1 023	1 800	2 154	699	7 372
1. Setor privado	1 805	1 481	1 538	937	1 941	7 657
2. Setor público	58	277	1 056	988	- 738	- 1 404
3. Capitais de curto prazo	- 72	- 735	- 794	230	- 503	1 118
III. Financiamento Excepcional	244	- 58	14	26	27	57
IV. Erros e Omissões	295	388	130	151	- 827	- 80
V. Fluxo de reservas líquidas do BCRP (V = I + II + III + IV)	- 1 006	- 193	833	2 351	2 753	3 169

Fonte: BCRP (2009). Adaptada pelo autor.

O aumento das importações no ano de 2008 em relação a 2007 foi de 46,10% e contribuiu para a redução do saldo comercial em 2008, que passou de US\$ 8,28 bilhões para US\$ 3,09 bilhões. Segundo dados da *Superintendencia Nacional de Administración Tributaria* (SUNAT, 2009), os itens de bens de capital e materiais de construção foram os que mais apresentaram crescimento no ano de 2008, o que indica um aquecimento do setor de construção e também um aumento da demanda das empresas por bens de capital.

Por meio da análise da categoria de produtos importados pelo Peru, observa-se que as matérias-primas também contribuíram para esse incremento das importações, em função do aumento substancial do preço do petróleo em 2008, visto

que o SH⁶ 270900 (óleos brutos de petróleo ou de minerais betuminosos) chegou a representar 11% do total das importações peruanas nesse mesmo ano. Tendo em vista que esse aumento do preço do petróleo foi inédito nos últimos anos, as importações tendem a registrar uma queda em 2009, já que os preços começaram a se regularizar a partir do último trimestre de 2008.

Ainda com relação ao balanço de pagamentos, é possível verificar que o *déficit* da balança de renda de fatores, composta pelos lucros, juros e dividendos, vem aumentando significativamente durante o período analisado. Esse fato se deve ao componente de geração e envio de lucros por parte das empresas estrangeiras instaladas no país.

De acordo com a análise realizada, verifica-se que o país é altamente dependente do setor externo, seja pela via do comércio exterior, seja pela entrada de capitais, principalmente de IED. Sabe-se que o *déficit* na conta-corrente só não é maior devido ao bom desempenho das exportações que, indiretamente, se beneficiam dos fluxos de investimentos estrangeiros diretos direcionados à economia ao longo do período em análise.

Por outro lado, quando se analisa em detalhe o saldo da conta financeira do balanço de pagamentos, verifica-se que o IED representa 65% desse saldo. Isso é um fato positivo, já que os principais investimentos que o país tem recebido não são de curto prazo, o que diminui a vulnerabilidade do Peru frente ao cenário internacional, principalmente em momentos de crise como a atual.

5.2 Impactos do IED no comércio exterior

A balança comercial foi uma das contas com maior influência no balanço de pagamentos devido ao aumento significativo das exportações, sendo necessária

⁶ Sistema Harmonizado é um sistema único mundial de designação e codificação de mercadorias, criado para organizar as tarifas alfandegárias e realizar estatísticas mundiais de comércio exterior.

uma análise aprofundada dos impactos do investimento estrangeiro direto na pauta exportadora peruana.

Nesse sentido, as teorias econômicas procuram estabelecer uma relação entre comércio exterior e investimento. Considerando o tipo de investimento que vem sendo realizado no mercado peruano, espera-se que essa relação entre comércio exterior e investimento seja ainda maior. Isso porque as empresas que buscam investir em setores vinculados a recursos naturais, possuem uma elevada propensão à exportação, ao mesmo tempo em que apresentam coeficiente de importações reduzido.

Prebish (2000, p. 75), ao analisar o desenvolvimento econômico na América Latina, afirma que “o desenvolvimento econômico de certos países na América Latina e sua rápida assimilação da técnica moderna, em tudo o que lhes possa ser proveitoso, dependem em alto grau dos investimentos estrangeiros”. Além disso, também relaciona o comércio exterior com o desenvolvimento econômico ao afirmar que a solução não é o crescimento por meio do comércio exterior, mas sim saber extrair desse comércio os elementos propulsores do desenvolvimento econômico.

Conforme dados do *Banco Central de Reserva del Perú* (BCRP, 2009), as exportações peruanas vêm crescendo progressivamente ao longo dos anos, passando de US\$ 5,7 bilhões em 1998 para US\$ 31,5 bilhões em 2008. Esse aumento fez com que o saldo da balança comercial ficasse superavitário desde 1999, atingindo um pico de *superávit* em 2006. Em 2007 e 2008, houve um crescimento significativo das importações, o que provocou uma diminuição desse saldo.

Em relação às exportações peruanas, realizou-se uma análise dos dados considerando a participação dos produtos na pauta exportadora de 1998 e de 2008 sob a ótica da intensidade tecnológica. Os resultados apresentados na Tabela 4 evidenciam que houve uma alta concentração dessa pauta em produtos primários e produtos intensivos em recursos naturais, tanto em 1998, quanto em 2008.

A concentração foi ainda maior no caso dos produtos primários, já que em 1998 participavam com 24%, aumentando para 36% em 2008. Apesar de

os produtos com maior intensidade tecnológica apresentarem um decréscimo de sua participação em 2008, nenhum grupo de produtos sofreu redução em termos de valor exportado no período analisado. As exportações peruanas de manufaturados intensivos em pesquisa e desenvolvimento (P&D), por exemplo, cresceram de US\$ 98 milhões em 1998 para US\$ 254 milhões em 2008. No entanto, como o aumento das exportações dos outros produtos foi ainda maior, esses produtos acabaram por perder participação no período, conforme apresentado na Tabela 4.

Tabela 4: Comparativo das exportações peruanas por intensidade tecnológica (1998 e 2008)

Classificação	1998		2008	
	US\$ milhões	Participação	US\$ milhões	Participação
Produtos Primários	1 347	24%	11 086	36%
Produtos Intensivos em Recursos Naturais	3 115	55%	16 267	53%
Manufaturados Intensivos em Trabalho	756	13%	2 707	9%
Manufaturados Intensivos em Economias de Escala	162	3%	475	2%
Manufaturados Produzidos por Fornecedores Especializados	61	1%	190	1%
Manufaturados Intensivos em P&D	98	2%	254	1%
Não Classificados	106	2%	2	0%
Total	5 646	100%	30 982	100%

Fonte: Elaboração própria, a partir de dados do COMTRADE (2009).

A predominância dos produtos primários e intensivos em recursos naturais na pauta exportadora peruana pode ser comprovada também pela análise desses mesmos dados de acordo com a classificação setorial a dois dígitos da CNAE (Classificação Nacional de Atividades Econômicas). Dos 32 setores analisados, os que mais contribuíram para o crescimento e que tiveram maior dinamismo no período

de 1998-2008 foram: “extração de minerais metálicos”, “fabricação de produtos alimentícios e bebidas” e “metalurgia básica”, conforme destacado na Tabela 5.

Tabela 5: Setores CNAE com maior crescimento nas exportações peruanas 1998-2008

Código CNAE	Descrição	Variação 1998-2008	Contribuição para o crescimento 1998-2008
13	Extração de minerais metálicos	28,27%	3,56%
15	Fabricação de produtos alimentícios e bebidas	15,45%	2,31%
27	Metalurgia básica	16,74%	6,64%

Fonte: Elaboração própria, a partir de dados do COMTRADE (2009).

Assim, evidencia-se tanto pela análise do fluxo de IED como das exportações, que a concentração de IED no setor de mineração vem contribuindo para a concentração da pauta exportadora peruana em produtos intensivos em recursos naturais e produtos primários relativos a esse setor.

5.3 Análise de contribuição do IED para a economia peruana

Como foi visto anteriormente, verificou-se uma relação entre o investimento estrangeiro direto absorvido pelo Peru e o aumento das exportações. Isso se deve, em grande parte, ao fato de os principais setores exportadores serem os mesmos em que o maior volume de IED tem se concentrado nos últimos anos.

De acordo com Ramos (1998, p. 3), o bom desempenho dos países ricos em recursos naturais depende da política de desenvolvimento do país e da boa aplicação dos recursos advindos da exploração desses recursos naturais. Assim, quanto mais atividades se formarem a partir da extração de recursos naturais via encadeamentos produtivos “para frente” ou “para trás”, com formação de *clusters* ou complexos produtivos, maiores as possibilidades de expansão da atividade econômica e, conseqüentemente, da atração cada vez maior de novos investimentos para o país.

Na atividade de extração de recursos naturais, por exemplo, poderia haver encadeamentos “para trás” a partir de compras de produtos químicos, de maquinário específico do setor, de serviços especializados, dentre outros, providos pelo próprio país. No caso de encadeamentos produtivos “para frente”, os produtos extraídos poderiam passar por um processo de ganho de maior valor agregado, deixando de ser um produto primário. No caso da mineração, verifica-se certa dificuldade do encadeamento “para trás” devido ao fato da maior parte da atividade mineira situar-se fora dos grandes centros urbanos.

Por outro lado, destaca-se a importância do papel das corporações transnacionais na expansão das exportações nos países hospedeiros, pois trazem consigo capital, tecnologia, *know-how* na gestão dos negócios e facilidade de acesso aos mercados internacionais. Nesse sentido, o IED em recursos naturais tem contribuído para as exportações, para a geração de empregos e de divisas. No entanto, muitas das empresas transnacionais seguem operando sem uma política de integração à economia nacional, com baixos níveis de processamento local e encadeamento produtivo (UNCTAD, 2007, p. 140).

No caso peruano, nota-se que, apesar dos efeitos positivos gerados pela entrada de IED, a concentração dos investimentos em recursos naturais torna o país mais vulnerável ao setor externo. Assim como foi beneficiado pelo preço excepcional das *commodities* no mercado internacional, a queda das cotações em 2009 e a diminuição da demanda mundial ocasionam uma redução das exportações e, conseqüentemente, das receitas advindas da arrecadação dos impostos, conforme publicado pelo *Ministerio de Economía y Finanzas* (2008, p. 43):

En los últimos años, los precios de nuestras exportaciones, esencialmente las mineras, se han elevado considerablemente incrementando los ingresos de las empresas exportadoras, aumentando, consecuentemente, su pago por Impuesto a la Renta. No obstante, en los próximos años se espera que esta tendencia se desacelere moderadamente debido a las menores cotizaciones de nuestros productos de exportación en el mercado internacional.

Essa dependência do país produtor de bens primários em relação ao setor externo é abordada por Prebisch (2000, p. 86), quando afirma que “os preços primários

sobem com mais rapidez do que os finais na fase ascendente, mas também descem mais do que estes na fase descendente”. Esse fato se comprovou durante a pior fase da crise financeira global, quando, em 2008, os preços do petróleo e dos alimentos começaram a ceder devido à forte diminuição da demanda mundial por *commodities*. Isso afetou de modo significativo os preços dos principais produtos de exportação do Peru. No longo prazo, isso pode ocasionar uma perda de receitas fiscais do governo, segundo destaca o *Ministerio de Economía y Finanzas* (2009, p. 19):

Además de afectar al sector externo, las menores rentas mineras, vienen implicando una disminución importante del impuesto a la renta. De este modo, la sostenibilidad fiscal de largo plazo, pone límites a la política fiscal anticíclica, cuya dimensión deberá estar estrechamente ligada a la magnitud y duración de la crisis internacional y de su efecto sobre los ingresos.

Interessante observar que não se menospreza a importância desse setor para o crescimento de um país. Mesmo sendo um crítico da especialização dos países latino-americanos na produção de bens primários, Prebish (2000, p. 78) reconhece que a exportação de produtos primários constitui uma importante fonte de divisas para arcar com as importações necessárias ao desenvolvimento econômico.

De acordo com o *World Investment Report 2007* (UNCTAD, 2007, p. 136-137), para os países em desenvolvimento, a contribuição direta mais importante fornecida pela atividade de extração dos recursos naturais está no crescimento da renda do país hospedeiro, impulsionada pela arrecadação dos impostos pagos por essas empresas. Quando a atividade envolve a participação de multinacionais, o benefício gerado para o país irá depender da quantidade de valor criado e compartilhado entre governo, trabalhadores, fornecedores da cadeia produtiva e as próprias empresas.

Ainda segundo o mesmo relatório, durante o período de 2004 a 2006, as empresas estrangeiras mineradoras instaladas no Peru pagaram US\$ 3,5 bilhões em impostos de renda, o que equivale a 14% de suas receitas com exportações.

Os impostos de renda provenientes da indústria mineradora não eram muito significativos durante a década de 1990. Entre 1998 e 1999, no entanto, aumen-

taram consideravelmente, contribuindo com 7% da receita total do governo. Entre 2000 e 2006, com o aumento do preço das *commodities*, as receitas provenientes do imposto de renda das empresas mineradoras cresceram de US\$ 70 milhões para US\$ 1,8 bilhão e de 10% da receita total do governo para 43%, segundo consta no mesmo relatório da UNCTAD.

Existe uma diversidade de medidas adotadas pelos países hospedeiros com respeito a essa participação do governo nos lucros gerados pelas indústrias extrativas. Achar o equilíbrio perfeito não é uma tarefa fácil, visto que uma taxa baixa pode ocasionar uma saída de lucros em demasia do país hospedeiro e uma taxa alta pode “sufocar” a indústria, bem como dificultar a atração de novos investimentos.

Na tentativa de alcançar esse equilíbrio e, mais ainda, devido ao aumento do preço das *commodities*, alguns governos tomaram a iniciativa de aumentar a participação nos lucros gerados pelas atividades extrativistas. No caso peruano, em 2004, o governo introduziu um imposto de *royalty*⁷ de 1 a 3% baseado nas vendas anuais das empresas mineradoras (UNCTAD, 2007, p. 163-164).

6 Considerações finais

O objetivo deste trabalho foi o de analisar os fluxos e estoques de IED no Peru, investigando os principais motivos que levam as empresas estrangeiras a investirem no Peru, bem como seus efeitos na economia, principalmente no que tange ao comércio exterior.

⁷ O *royalty*, no caso da mineração, é o pagamento que as empresas fazem por explorar um recurso natural não-renovável de propriedade do Estado. O *royalty* peruano foi aprovado pela Lei nº 28258, de 23/06/2004, denominada *Ley de Regalía Minera* que, posteriormente, teve sua regulamentação aprovada pelo Decreto Supremo nº 157-2004-EF, de 20/08/2004. Essa Lei prevê o pagamento de 1% para as mineradoras com valor de venda anual concentrados até US\$ 60 milhões, de 2% para as que estão entre US\$ 60-120 milhões e de 3% para as que ultrapassam US\$ 120 milhões.

Com base nas informações apresentadas, observa-se que as reformas políticas e econômicas, a criação de um marco legal atrativo para o investidor estrangeiro, os investimentos em infraestrutura, entre outros fatores analisados, vêm contribuindo para um crescimento significativo da entrada de investimento estrangeiro no país, especialmente a partir de 2004. Além disso, o país tem chamado a atenção dos investidores pelo incremento excepcional do PIB nos últimos anos e pela obtenção do “grau de investimento” pelas agências de riscos.

A política de atração de investimentos peruana é incisiva e o país considera a atração de investimento estrangeiro direto como uma estratégia para o crescimento e desenvolvimento da economia, considerando que o investimento doméstico é limitado pela falta de crédito.

Por consequência, vários efeitos positivos da presença de empresas estrangeiras no país foram apontados ao longo do estudo, principalmente o incremento considerável das exportações peruanas entre 1998 e 2008. Isso tem permitido que o país consiga aumentar suas reservas internacionais e gerar divisas para arcar com as importações necessárias ao seu desenvolvimento econômico.

Não obstante, algumas ressalvas devem ser feitas quando se considera a manutenção dos efeitos positivos gerados pela recepção de investimento estrangeiro no longo prazo.

Os resultados encontrados evidenciaram que o principal motivo que determinou a entrada de investimento estrangeiro direto foi a exploração de recursos naturais (*resource-seeking*). Isso tem ocasionado uma concentração dos fluxos de investimentos nos setores primários e intensivos em recursos naturais, especialmente na atividade mineradora.

Essa falta de diversificação dos investimentos vem gerando um efeito concentrador na pauta exportadora peruana ao longo do período analisado. De acordo com Souza (2007, p. 21), uma pauta exportadora concentrada em produtos muito instáveis em termos de preço e quantidade exportada pode ocasionar crises contínuas, dificultando o desenvolvimento do setor interno.

Além disso, há que se lembrar de que se trata da exploração de recursos naturais não renováveis, sendo, portanto, de se esperar um esgotamento das jazidas no longo prazo, ainda mais considerando o atual avanço tecnológico das empresas mineradoras. O esgotamento das jazidas, além de ocasionar um impacto ambiental, também gera como consequência a perda direta de empregos na comunidade em que estão localizadas.

Nesse sentido, para manter a sustentabilidade de seus investimentos no longo prazo, bem com um contínuo crescimento da renda e da economia, recomenda-se que a política de atração de investimentos passe a priorizar a diversificação dos setores eleitos pelas empresas estrangeiras.

Os resultados encontrados mostraram que o país tem sido dependente do setor externo seja pela via do comércio exterior, seja pela entrada de capitais, especialmente de IED. Nesse sentido, recomenda-se também, além da diversificação desses investimentos, a criação de incentivos para que outras atividades da economia se desenvolvam a partir da extração de recursos naturais, pois a atração de IED em recursos naturais *per se* não garante a industrialização do país.

Tudo indica que há sinais de recuperação tanto da economia peruana quanto do retorno ao ciclo de crescimento de investimento estrangeiro no Peru. Inclusive, o próprio governo tem manifestado uma atuação ainda maior por meio da criação de um plano para melhorar o clima de negócios no país.

Além dessas iniciativas, sugere-se que o governo crie outras vantagens competitivas que não estejam relacionadas aos seus recursos naturais para que o país continue atingindo seus objetivos de crescimento e desenvolvimento com menor vulnerabilidade, com uma pauta exportadora de maior valor agregado e, portanto, com maior aprendizado tecnológico e fortalecimento da inovação.

Flows of foreign direct investment in Peru and its impact on economy and foreign trade

Abstract

This study aims to present an analysis of Foreign Direct Investment (FDI) inflows and stocks in Peru and its main impacts on its economy and especially in international trade. It was carried out a deeply investigation of the main attractions for the FDI's entry in Peru, the characteristics of the investments received by the country and its effects on the balance of payments and, in particular, Peru's trade balance. Concerning investment data analyzed, it was considered the period between 1998 and 2008. Regarding the FDI inflows received by the country in the period, it was observed a relative growth of the investments destined to the exploitation of natural resources while those used in the industry remained stable. This growth has contributed to the concentration of the Peruvian exports in primary and intensive in natural resources products. FDI contributes to economic development of the country, but sectoral concentration is not favorable in the long-term. It is important to consider that the consequences of these investments are not restricted to foreign trade and economy, affecting matters relating to social development and exploitation of non-renewable resources. Therefore, it is necessary to create competitive advantages to encourage FDI's diversification, allowing to add value to the export portfolio by means of technological development and reinforcement of innovation.

Keywords: Foreign Direct Investment (FDI). FDI inflows and stocks. International trade. Natural resources. Peru.

Referências

BANCO MUNDIAL. *World trade indicators 2008*. Disponível em: <<http://go.worldbank.org/3Q2ER38J50>>. Acesso em: 12 set. 2009.

BCRP. *Memória 2008*. Disponível em: <<http://www.bcrp.gob.pe/docs/Publicaciones/Memoria/2008/Memoria-BCRP-2008-2.pdf>>. Acesso em: 25 set. 2009.

BCRP. *Séries estadísticas anuales*. Disponível em: <<http://estadisticas.bcrp.gob.pe/index.asp?sFrecuencia=A>>. Acesso em: 13 set. 2009.

CEPAL. *Estudio económico de América Latina y el Caribe, 2008-2009*. Disponível em: <http://www.cepal.org/cgi-bin/getProd.asp?xml=/de/agrupadores_xml/aes252.xml&xsl=/agrupadores_xml/agrupa_listado.xsl> Acesso em: 14 jul. 2009.

CEPAL. *La inversión extranjera directa en América Latina y el Caribe, 2008*. Disponível em: <<http://www.eclac.org/cgi-bin/getProd.asp?xml=/publicaciones/xml/1/36091/P36091.xml&xsl=/ddpe/tpl/p9f.xsl&base=/tpl/top-bottom.xsl>>. Acesso em: 14 jul. 2009.

CNAE. *Pesquisa CNAE*, Brasília, 2009. Disponível em: <<http://www.cnae.ibge.gov.br>>. Acesso em: 10 nov. 2009.

COMTRADE. *United Nations commodity trade statistics database*. 2009. Disponível em: <<http://comtrade.un.org/db/>>. Acesso em: 10 set. 2009.

DUNNING, John H.; LUNDAN, Sarianna M. *Multinational enterprises and the global economy*. Cheltenham, UK: Edward Elgar, 2008.

FGV; IFO. *Sondagem econômica da América Latina*. 2010. Disponível em: <http://www.fgv.br/noticias_internet/ARQ/14261.PDF>. Acesso em: 12 jul. 2009.

FITCH Affirms Peru's Ratings: outlook Stable. Reuters, 13 maio 2009. Disponível em: <<http://www.reuters.com/article/pressRelease/idUS197862+13-May-2009+BW20090513>>. Acesso em: 12 jul. 2009.

FITCH reafirma su confianza en el Perú. El comercio, 14 maio 2009. Disponível em: <<http://www.elcomercio.com.pe/imprensa/notas/fitch-reafirma-su-confianza-peru/20090514/286408>>. Acesso em: 12 jul. 2009.

FMI. *Foreign direct investment in emerging market countries*. Report of the Working Group of the Capital Markets Consultative Group (CMCG). 18 set. 2003. Disponível em: <<http://www.imf.org/external/np/cm/cg/2003/eng/091803.htm>> Acesso em: 7 set. 2009.

FMI. World economic outlook database. Apr. 2009. Disponível em: <<http://www.imf.org/external/data.htm>>. Acesso em: 01 set. 2009.

LAPLANE, Mariano Francisco et al. O caso brasileiro. In: CHUDNOVSKY, Daniel (Coord.). *El boom de las inversiones extranjeras directas en el Mercosur*. Buenos Aires: Siglo XXI, 2001.

MINISTERIO DE ECONOMÍA Y FINANZAS. *Marco macroeconómico multianual 2009-2011, del crecimiento económico al bienestar social*. Aprobado en Sesión de Consejo de Ministros del 28 de mayo del año 2008. Disponível em: <<http://www.bcrp.gob.pe/docs/Publicaciones/Programa-Economico/M-M-M-2009-2011-Mayo-2008.pdf>>. Acesso em: 01 jul. 2009.

MINISTERIO DE ECONOMÍA Y FINANZAS. *Marco macroeconómico multianual 2010-2012*. Aprobado em 30 mayo de 2009. <<http://www.bcrp.gob.pe/docs/Publicaciones/Programa-Economico/MMM-2010-2012-Mayo-2009.pdf>>. Acesso em: 20 ago. 2009.

PAVITT, Keith. Sectoral patterns of technical change: towards a taxonomy and a theory. *Research Policy*, [S.l.], v. 13, n. 6. p. 343-373, 1984.

PREBISH, Raul. O desenvolvimento econômico da América Latina e alguns de seus problemas principais. In: BIELSCHOWSKY, Ricardo (Org.). *Cinquenta anos de pensamento Cepal*. Rio de Janeiro: Record, 2000. p.69-136.

PROINVERSIÓN. Lima, 2009. Disponível em: <<http://www.proinversion.com.pe/>>. Acesso em: 10 set. 2009.

RAMOS, Joseph. *Una estrategia de desarrollo a partir de los complejos productivos (clusters) en torno a los recursos naturales*. CEPAL, 1998. Disponível em: <<http://www.aia.cl/archivos/archivos/cluster/Una Estrategia de Desarrollo a partir de los Complejos.pdf>>. Acesso em: 06 set. 2009.

SOUZA, Nali de Jesus. *Desenvolvimento econômico*. São Paulo: Atlas, 2007.

SUNAT. Lima, 2009. Disponível em: <<http://www.sunat.gob.pe/>>. Acesso em: 10 set. 2009.

UNCTAD. *Análisis de las políticas de inversiones Perú, 2000*. Disponível em: <http://www.unctad.org/sp/docs//iteiipmisc19_sp.pdf>. Acesso em: 15 jul. 2009.

UNCTAD. *World investment report 1998 trends and determinants*. Disponível em: <http://www.unctad.org/en/docs/wir1998_en.pdf>. Acesso em: 14 jul. 2009.

UNCTAD. *World Investment report 2007 transnational corporations, extractive industries and development*. Disponível em: <http://www.unctad.org/en/docs/wir2007_en.pdf>. Acesso em: 05 dez. 2009.

UNCTAD. *World investment report 2008 transnational corporation and infrastructure challenge*. Disponível em: <http://www.unctad.org/en/docs/wir2008_en.pdf>. Acesso em: 12 set. 2009.

UNCTAD. *World investment Report 2009 Transnational Corporation, Agricultural Production and Development*. Disponível em: <http://www.unctad.org/en/docs/wir2009_en.pdf>. Acesso em: 17 set. 2009.